

Situação: O preprint não foi submetido para publicação

A BIBLIOTECA ESCOLAR E A LEI DO BIBLIOTECÁRIO: Algumas reflexões após dez anos de promulgação

Claudia Maria Pinho de Abreu Pecegueiro

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.2543>

Submetido em: 2021-06-23

Postado em: 2021-07-16 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

A BIBLIOTECA ESCOLAR E A LEI DO BIBLIOTECÁRIO:

Algumas reflexões após dez anos de promulgação

THE SCHOOL LIBRARY AND THE LIBRARIAN'S LAW:

Some reflections after ten years of promulgation

Cláudia Maria Pinho de Abreu Pecegheiro¹

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-8670-330X>

RESUMO

Pretende compreender, a partir de uma revisão sistemática de literatura, os dez anos de promulgação da Lei 12.244/2010, conhecida como a Lei do bibliotecário por estabelecer que as instituições de ensino públicas e privadas de todos os sistemas de ensino do País contarão com bibliotecas, num prazo máximo de 10 anos. Tem como princípio de investigação as seguintes perguntas: A literatura se apresenta favorável ou desfavorável à Lei? Existe relação, nos textos pesquisados, com outras legislações que tratam sobre o tema? Qual de fato têm sido as políticas adotadas a partir da promulgação da Lei? O artigo está embasado em pesquisa descritiva, na interpretação de informações obtidas na coleta de dados, utiliza como método a revisão sistemática de literatura e analisou artigos, na área de Biblioteconomia e Ciência da Informação, classificados como qualis A1, A2, B1, B2, disponíveis online, na base de dados Sucupira, no quadriênio 2013 a 2016. Conclui que a maioria dos artigos se mostra favorável a Lei; que existe aparato legal que legitima ações da biblioteca escolar e do bibliotecário e que torna-se urgente, contudo, a criação de políticas de implementação e acompanhamento dessa legislação.

Palavras-chave: bibliotecas escolares; lei 12.244/10; revisão sistemática de literatura.

ABSTRACT

It intends to understand, from a systematic review of the literature, the six years of enactment of law 12.244 / 2010, known as the librarian's law, for establishing that public and private educational institutions of all the country's education systems will have libraries, within a maximum period of 10 years. It has as a research principle the following questions: Is the literature favorable or unfavorable to the law? Is there any relation, in the texts researched, with other legislation that deals with the subject? What have been the policies adopted since the enactment of the Law? The article is based on descriptive research, in the interpretation of information obtained in data collection, uses as method the systematic review of literature and analyzed articles in the area of Librarianship and Information Science, classified as qualis A1, A2, B1, B2, available online, in the Sucupira database. It concludes the existence of a legal apparatus that legitimizes its actions of the school library and the librarian, necessitating, however, policies to follow up this legislation

Keywords: school libraries; law 12.244/10; systematic review of literature.

¹ Doutora em Ciência da Educação pela Universidade Autônoma de Assunção. Professora associado 1 da Universidade Federal do Maranhão, atuando no Departamento de Biblioteconomia.

1 INTRODUÇÃO

As bibliotecas escolares sempre foram presentes na história de nosso país, por terem vindo antes mesmo de a corte portuguesa aqui se instalar, nos 1800. Chegaram com os jesuítas, franciscanos, carmelitas, beneditinos e demais ordens religiosas com o objetivo de catequizar os índios. Essas bibliotecas, assim como os conventos, tiveram sua decadência em meio ao século XIX, no período pombalino. O percurso histórico das bibliotecas escolares no Brasil sugere que tais bibliotecas possuíam um aparato estrutural de acervo, um acesso restrito aos religiosos e uma conotação de bibliotecas especializadas. (SILVA, 2011).

É pertinente considerar que a biblioteca escolar conquista, no século XX, um novo espaço, especialmente a partir de algumas reformas educacionais [...]. Verifica-se que a biblioteca escolar, nas décadas de 30 e 40 do século XX está incluída nesse processo de reforma educacional, principalmente construindo uma valorização educativa e de estímulo ao processo de ensino-aprendizagem, tendo como finalidade prioritária a intensificação do gosto pela leitura. (SILVA, 2011, p. 495).

Na década de 60, do século XX, a biblioteca escolar passa a ser vista como um espaço de aprendizagem. Isso se fortalece nas décadas seguintes quando, a partir de estudos feitos sobre as bibliotecas escolares, estas se destacaram pelo papel de protagonistas no ensino do manuseio das fontes informacionais, assumindo assim uma dimensão pedagógica.

As evidências proporcionadas por tais estudos podem embasar com mais segurança o trabalho educativo do bibliotecário, que ocorre quando ele mobiliza os variados recursos da biblioteca para colaborar com os professores em programas de letramento informacional. Essas noções são familiares aos bibliotecários brasileiros que vêm desenvolvendo ações, embora de maneira incipiente, para integrar a biblioteca no processo de aprendizagem (CAMPELLO *et al.*, 2011, p.108).

O conceito de biblioteca escolar então se amplia ao longo dos anos. No contexto norte-americano, já na década de 50, do século próximo passado, se constituía como um espaço de aprendizagem que tinha a responsabilidade de “instruir o leitor no uso da coleção, ensinando-o a manusear fontes de informação usadas na aprendizagem de tópicos do programa escolar” (CAMPELLO *et al.*, p.108, 2011). Nesse caminho, a biblioteca escolar passa a apresentar-se como um centro de aprendizagem com as seguintes atribuições:

[...] fomento à leitura, a formação do indivíduo para o aprendizado permanente e obtenção de uma atitude científica, facilita a recreação e a troca de experiências, instiga o usuário em redescobrir e ampliar seus conhecimentos e, principalmente, como fonte de pesquisa para a comunidade escolar (MORENO, 2014, p. 23).

Na contramão da teoria, a Lei 12.244, no Art. 2º, apresenta a biblioteca escolar, como “[...] coleção de livros, materiais videográficos e documentos registrados em qualquer suporte destinados a consulta, pesquisa, estudo ou leitura [...]”. (BRASIL, 2010, não paginado). Esse conceito, explicitado na Lei é no mínimo limitado, embora dê ênfase a uma diversidade de material e de suporte olha a biblioteca escolar apenas na perspectiva de colecionadora de documentos. O referido artigo parece desconhecer que ações relacionadas ao planejamento, organização e representação da informação contida nesses suportes são próprias da biblioteca.

Dessa forma, acreditamos que a Lei de universalização de bibliotecas (BRASIL, 2010) poderia ser mais detalhada no que tange ao caráter semântico da biblioteca escolar e de suas características técnicas, organizacionais, educativas, além de sua intencionalidade política social e pedagógica, pois os aspectos de acervo e de organização desse tipo de biblioteca apresentam uma singularidade, ainda, pouco assimilada pela ampla maioria dos educadores e de instituições de ensino brasileiros. (SILVA, p. 506, 2011).

É importante compreender que a dimensão da biblioteca escolar ultrapassa a guarda e conservação de material impresso ou eletrônico, a dimensão da formação de leitores atinge o nível de formadora de pesquisadores. A biblioteca escolar, portanto, propicia a formação de ideias “inserida como um centro de informação que se localiza nas escolas, cujo foco é a integração com a sala de aula e o desenvolvimento do currículo escolar” (MORENO, 2014, p. 23).

Nessa perspectiva, a biblioteca escolar deve trabalhar junto com todo o corpo técnico e docente da escola em que está vinculada auxiliando no processo de ensino-aprendizagem a fim de se transformar em um espaço de construção e reconstrução do conhecimento, promovendo experiências criativas de leitura, uso adequado da informação e ainda capacitando o aluno para o aprendizado em todo seu percurso acadêmico.

Dessa forma, é necessário entender como a sociedade científica se expressa, a partir de suas publicações, acerca da Lei 12.244/2010, Lei de universalização das bibliotecas. Esse estudo se justifica a partir do cenário apresentado que comprova a necessidade das bibliotecas escolares no contexto educacional, pois estas atuam como parceiras na aprendizagem, servindo como incentivadora da leitura e principalmente como referencial informacional e fonte de pesquisa para a comunidade escolar

Quando se iniciou a pesquisa acerca da Lei nº 12.244/10 descobriu-se que vários estudos vêm sendo feitos ao longo desses dez anos de sua promulgação. Aspectos relacionados ao conceito de bibliotecas, sua função, objetivos, seu papel no contexto educacional, alguns diagnósticos e até construção de parâmetros norteadores para o funcionamento de bibliotecas escolares foram, entre outros, temas encontrados na literatura.

Alinhado a esses trabalhos, este estudo pretende como objetivo geral compreender, a partir de uma revisão sistemática de literatura, os dez anos de promulgação da Lei 12.244/2010, Lei de universalização de bibliotecas, que estabelece que as instituições de ensino públicas e privadas de todos os sistemas de ensino do País contarão com bibliotecas, num prazo máximo de 10 anos a partir dos seguintes questionamentos: a literatura se apresenta favorável ou desfavorável à Lei? Existe relação, nos textos pesquisados, com outras legislações que tratam sobre o tema? E ainda, qual de fato têm sido as políticas adotadas a partir da promulgação da Lei?

Neste sentido está embasado em pesquisa descritiva, que consiste na interpretação de informações obtidas na coleta de dados, e exploratória quando “[...] têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses”. (GIL, 2008, p. 45). Utiliza como método a revisão sistemática de literatura e analisou artigos, na área de Biblioteconomia e Ciência da Informação, classificados com Qualis A1, A2, B1, B2, disponíveis online, na base de dados Sucupira. Acredita-se que a técnica de revisão sistemática de literatura dará a visão analítica pretendida à pesquisa.

2 A LEI 12.244/2010: ANÁLISE A PARTIR DE REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA

A revisão de literatura serve para contextualizar o pesquisador acerca do tema, visto que demonstra os avanços, retrocessos, problemas, soluções e demais informações sobre o assunto. Permite conhecer possíveis metodologias aplicada à pesquisa em questão, além das revisões de literatura que podem ser classificadas segundo o propósito, abrangência, função, tratamento e abordagem, elas são analíticas quando

[...] são feitas como um fim em si mesmas, por pesquisadores que se dedicam a efetuar, esporádica ou periodicamente, revisões sobre temas específicos, de modo que a somatória desses estudos possa, em longo prazo, fornecer um panorama geral do desenvolvimento de uma determinada área, com suas peculiaridades, sucessos e fracassos. (MOREIRA, 2004, p. 26).

A Revisão Sistemática de Literatura (RSL) é considerada uma técnica de pesquisa que procura evidenciar uma questão bem definida e objetiva “[...] identificar, selecionar, avaliar e sintetizar as evidências relevantes disponíveis” (GALVÃO; PEREIRA, 2014, p. 183). Caracteriza-se por ser um método abrangente e não tendencioso, e também por detalhar as etapas de sua efetivação, por empregar uma metodologia de pesquisa com rigor científico e de grande transparência, tornando-se um processo sistemático, que poderá ser repetido por outros pesquisadores.

Outra característica da RSL é o fato de ela ser comumente utilizada na área da saúde, porém é um método que pode ser aplicado em qualquer campo do conhecimento, “[...] a RSL é muito mais ampla, analítica, pois a partir de um problema ou pergunta bem definida recuperamos um conjunto muito maior de trabalhos e analisamos não só em aspectos pontuais, mas pontos mais globalizantes”. (BOTTENTUIT JUNIOR; SANTOS, 2014, p. 13)

Os princípios gerais para a realização de uma RSL obedecem segundo Mendes, Silveira e Galvão (2008, p. 171-172-173) seis (6) etapas que devem ser observadas com rigor. Seguindo a metodologia proposta, essa RSL iniciou-se com a organização de um protocolo de análise de dados formado pelas etapas apresentadas a seguir.

2.1 Definição das Questões de Pesquisa, Perguntas de Investigação que Nortearam o Trabalho

Qp1: A literatura se apresenta favorável ou desfavorável à Lei?

Qp2: Existe relação, nos textos pesquisados, com outras legislações que tratam sobre o tema?

Qp3: Qual de fato têm sido as políticas adotadas a partir da promulgação da Lei?

2.2 Processo de Busca

A pesquisa foi realizada através da base de dados Sucupira, no período de setembro a dezembro de 2020, utilizando nos campos de busca a palavra-chave Lei 12.244/2010 e a partir dela procurou-se recuperar documentos – artigos científicos, que trataram dos descritores selecionados.

2.3 Critérios de Inclusão e Exclusão

A pesquisa foi realizada através de bases de dados Sucupira. A escolha da base se justifica por ser uma plataforma de referência na área acadêmica e por possibilitar o acesso aos textos selecionados de forma completa.

Os critérios de inclusão e exclusão estabelecidos encontram-se no quadro 1 a seguir:

Quadro 1 – Critérios de inclusão e exclusão.

INCLUSÃO	EXCLUSÃO
Somente artigos publicados em periódicos científicos brasileiros online com Qualis A1, A2, B1 e B2, da área de comunicação e informação do quadriênio 2013-2016, que abrangessem o campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação;	Artigos que não são publicados em periódicos científicos brasileiros online com Qualis A1, A2, B1 e B2 do quadriênio 2013-2016, da área de comunicação e informação, que abrangessem o campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação;
Apenas artigos que discorrem sobre a Lei 12.244/2010;	Artigos que possuem outras temáticas que não sejam sobre a Lei 12.244;
Unicamente artigos Publicados entre 2011 a 2020;	Artigos publicados fora do período de 2011 a 2020;

Fonte: da autora.

2.4 Fontes dos dados

Como resultado de busca na base de dados Sucupira e, obedecendo aos critérios de inclusão e exclusão explicitados foram recenseados, a partir da palavra-chave Lei 12.244/2010, um total de 134 artigos, dos quais somente 16 (11%) foram considerados úteis à pesquisa.

2.5 Análise Crítica Quantitativa e Qualitativa dos Estudos Selecionados

Conforme já descrito anteriormente, a RSL baseia-se em três questões que nortearam do processo deste estudo.

A **QP1** corresponde as manifestações, favoráveis ou desfavoráveis sobre a Lei 12.244/2010, obteve-se que não existe uma unanimidade, entre os autores pesquisados positiva ou negativa a Lei.

De forma mais enfática o texto de Campello *et al.* (2017, p. 54) manifesta preocupação quanto as limitações da Lei. Em primeiro lugar “[...] a Lei não assume o conceito de biblioteca escolar aceito pela comunidade acadêmica e pelas organizações que se preocupam com o caráter educativo da biblioteca como espaço de aprendizagem”. Outra inquietação retratada no texto é o fato de “O acervo é foco da lei, pois ela o dimensiona em termos de quantidade e diversidade” (CAMPELLO *et al.*, 2017, p. 55).

Por fim, os autores destacam como fator negativo à Lei, que “A responsabilidade pela ampliação, manutenção, preservação e organização é encaminhada para os sistemas locais. Entretanto, essa responsabilidade é pouco clara, não se prevendo recursos e nem punições em caso de seu não cumprimento” (CAMPELLO *et al.*, 2017, p. 55).

De forma positiva, destaca-se a manifestação de Silva (2011, p. 511) quando descreve que “A Lei 12244/10 mostra uma conotação de mudança, pois se configura precisamente na possibilidade de transformações que a biblioteca escolar precisa para mostrar sua potencialidade”. Seguindo nessa mesma direção Araújo (2019, p. 161) defende a lei como “[...] início de algo fundamental para desenvolvimento educacional e social brasileiro”.

Em relação a existência de legislações que tratam sobre o tema Biblioteca Escolar ou afins, e assim venham complementar a Lei 12.244/2010 – **QP2**. Destaca-se que somente dois textos não fazem referência direta a outras legislações.

Em estudo teórico Franklin (2020, p. 10) faz um comparativo entre a Lei de universalização de 2010 e a Lei Castilho n. 13.696, de 12 de julho de 2018 onde destaca que as referidas leis “[...] propõem um marco legal para a promoção do livro, da leitura e da biblioteca no Brasil”.

As demais legislações citadas nos artigos pesquisados, referem-se ao Plano Nacional de Educação (PNE) de 25 de junho de 2014, cujo objetivo é articular o sistema nacional da educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas; o Projeto de Lei da Câmara (PLC nº 28 de 2012), expõe que são de responsabilidade dos sistemas de ensino a criação e manutenção de bibliotecas escolares em todas as instituições públicas de educação básica de sua jurisdição e que deverão manter, obrigatoriamente, bibliotecários, para atender as bibliotecas escolares destas instituições; a Lei 4.084 de 30 junho de 1962, Lei 9.674 de 25 junho 1998, que estabelece designação do profissional Bibliotecário no quadro de profissões liberais, do grupo 19, é privativa de bacharéis em Biblioteconomia, que fazem parte das legislações citadas, nos textos pesquisados, que atuariam em parceria com a Lei 12.244/2010.

Em relação as políticas adotadas a partir da promulgação da Lei – **Qp3**. Encontrou-se, nos textos pesquisados, a tramitação “[...] na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC) o Projeto de Lei Complementar PLC/0039.0/2010 (SANTA CATARINA, 2010) para a criação do cargo de bibliotecário.” (GARCEZ *et al.*, 2016, p. 245).

O texto da Campello (2017, p. 53) elenca uma série de iniciativas a partir da Lei 12.244/2010 “Uma ação decorrente da lei foi a iniciativa do CFB, de estimular a criação de um curso de biblioteconomia a distância, no âmbito da Universidade Aberta do Brasil, o que possibilitará o atendimento da demanda de bibliotecários graduados para atuar nas bibliotecas escolares [...] A Lei serviu também como estímulo para a proposta de criação de cursos de especialização [...] A Lei tem servido de motivação para a realização de eventos os mais variados, para capacitação de profissionais ligados à biblioteca escolar, em diversos estados e municípios [...]”.

Dentre as políticas e/ou iniciativas de implementação da Lei, destaca-se o trabalho da Comissão de Bibliotecas em Jardinópolis, relatado no texto de Araújo (2019), que elenca as atividades propostas e realizadas pela Comissão como aquisição de livros e mobiliários para as bibliotecas, reforma de prédios, criação de salas de leituras, inclusão do cargo de bibliotecário em concurso público entre outros.

3 CONCLUSÃO

A Lei Nº 12.244 de 24 de maio de 2010 trata da universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do Brasil. Esta define que todas as instituições de ensino do país, sejam públicas ou privadas, devem contar com bibliotecas a partir dos termos determinados na mesma.

Assim a biblioteca escolar poderá preparar seus usuários para frequentar as futuras bibliotecas e ainda a lidar com o aparato informacional com os quais irão se defrontar no decorrer de sua vida acadêmica.

Essa pesquisa teve como princípio de investigação compreender, a partir da Revisão Sistemática de Literatura, como a literatura se manifesta perante a Lei; analisar a existência de relações entre os textos pesquisados, com outras legislações que tratam sobre o tema; e ainda verificar a existência de políticas públicas adotadas em obediência à Lei chegando-se, portanto, a algumas conclusões:

- As bibliotecas escolares sempre foram presentes na história de nosso país;
- O conceito de biblioteca escolar então se amplia ao longo dos anos: guarda e conservação de material impresso ou eletrônico - formadora de leitores - formadora de pesquisadores;
- Vários estudos vêm sendo feitos ao longo desses dez anos de sua promulgação: conceito, função, objetivos e o papel de bibliotecas no contexto educacional foram, entre outros, temas encontrados na literatura.
- A Revisão Sistemática de Literatura (RSL) é considerada uma técnica de pesquisa que procura evidenciar uma questão bem definida e objetiva, dessa forma serve para contextualizar o pesquisador acerca do tema, recomendando-se;
- Quanto a QP1 que correspondeu a manifestações, favoráveis ou desfavoráveis, sobre a Lei 12.244/2010, verificou-se que não existe uma unanimidade, entre os autores pesquisados positiva ou negativa à Lei.
- Em relação a existência de legislações que tratam sobre o tema, Biblioteca Escolar ou afins, e assim venham complementar a Lei 12.244/2010 – QP2 destaca-se que somente dois textos não fazem referência direta a outras legislações. As legislações citadas foram: Lei Castilho n. 13.696, de 12 de julho de 2018, Plano Nacional de Educação (PNE), o Projeto de Lei da Câmara (PLC nº 28 de 2012) e as Leis 4.084 de 30/06/ 1962, Lei 9.674 de 25 de junho 1998.
- No que se refere às políticas adotadas a partir da promulgação da Lei – Qp3. Encontrou-se, nos textos pesquisados, a tramitação do Projeto de Lei Complementar PLC/0039.0/2010, criação de Curso de biblioteconomia a distância, proposta de criação de cursos de especialização, realização de eventos os mais variados, para capacitação de profissionais ligados à biblioteca escolar,

Em vista disso, percebem-se as implicações que a Lei n. 12.244/ 2010, ainda necessitam de muitas estratégias para que venham a ser de fato aplicada no país.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSES

Declaro para os devidos fins que o artigo apresentado ao servidor SciElo Preprints não possui conflito de interesses.

DECLARAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DA AUTORA

Declaro para os devidos fins que o artigo apresentado ao servidor SciElo Preprints é de minha autoria.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, R. P. Advocacy por bibliotecas escolares: a experiência de Jardinópolis/SP. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 15, n. esp. Melhores trabalhos CBBB, 2019.

BOTTENTUIT JUNIOR, J. B.; SANTOS, C. G. Revisão Sistemática da Literatura de Dissertações Sobre a Metodologia WebQuest. **Educaonline**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 1-42, maio/ago. 2014.

BRASIL. Constituição (2010). Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010. **Universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país**. Brasília, DF, 24 maio 2010. Disponível em:

CAMPELLO, B. S. *et al.* A universalização de bibliotecas nas escolas: reflexos da lei 12.244. **Pontodeacesso**, Salvador, v. 10, n. 2, p. 39-58, ago. 2016. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/13609/11653>. Acesso em: 07 mar. 2017.

CAMPELLO, B. S. *et al.* Parâmetros para as bibliotecas escolares brasileiras: fundamentos de sua elaboração. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 21, n. 2, p. 105-120, maio/ago. 2011. Disponível em: <http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/10451/5965>. Acesso em: 07 mar. 2017.

FILGUEIRA, B. L. A. *et al.* Panorama das bibliotecas municipais da cidade de Juazeiro do Norte: desafios descortinados par aplicação da lei 12.224/2010. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, Fortaleza, v. 13, n. esp. CBBB, 2017.

FIORAVANTE, E.; CUNHA, M. V. C. AS competências do bibliotecário em uma rede de bibliotecas escolares para o estado de Santa Catarina, Brasil. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 30, n. 3, p. 1-15, jul./set. 2020.

FRANKLIN, B. L. A Recusa à escassez: a universalização da biblioteca escolar e a tensão entre o digital e a Lei de Direitos Autorais. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 30, n. 3, p. 1-23, jul./set. 2020.

GALVÃO, T. F.; PEREIRA, M. G. Revisões sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, [s.l.], v. 23, n. 1, p. 183-184, mar. 2014.

GARCEZ, E. F. *et al.* Um projeto de rede de bibliotecas para as escolas públicas estaduais de Santa Catarina, Brasil: relato de experiência (s). **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 21, n. 2, p. 237-262, abr./jun. 2016. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/2468/1764>. Acesso em: 07 mar. 2017.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 220 p. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112244.htm. Acesso em: 10 fev. 2017.

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem integrative literature. **Texto & Contexto Enferm.**, Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 758-764, out/dez, 2008.

MOREIRA, W. Revisão de Literatura e Desenvolvimento Científico: conceitos e estratégias para confecção. **Janus**, v.1, n.1 p. 21-30, 2004.

MORENO, E. A. Diagnóstico das bibliotecas escolares do município de Jaraguá do Sul (SC) segundo a lei 12.244/2010. **Revista Acb: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 23-32, jan./jun. 2014. Disponível em: https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/946/pdf_84. Acesso em: 07 mar. 2017.

PAULA, V. C.; OHIRA, M. L. B. Diagnóstico de bibliotecas escolares de nove municípios de Santa Catarina: dados preliminares. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, Fortaleza, v. 13, n. esp. CBBBD, 2017.

RAMOS, A.; FARIA, P. M.; FARIA, A. Revisão sistemática da literatura: contributo para a inovação na investigação em Ciências da Educação. **Revista DiálogoEduc.**, Curitiba, vol. 14, n.41, p.17-36. 2014.

SANTOS, S. H. A. *et al.* Retratos da biblioteca escolar da rede estadual de ensino do Estado de Goiás. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, Fortaleza, v. 13, n. esp. CBBBD, 2017.

SILVA, J. D. O. da; CUNHA, Jacqueline de Araújo. O papel educativo da biblioteca escolar no contexto do Plano Nacional de Educação. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 21, n. 46, p. 45-58, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/38695/31601>. Acesso em: 07 mar. 2017.

SILVA, J. L. C. Perspectivas históricas da biblioteca escolar no Brasil: análise da Lei 12.244/10 que dispõe sobre a universalização das bibliotecas escolares. **Revista Acb: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p.489-517, jul./dez. 2011. Disponível em: https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/797/pdf_63. Acesso em: 07 mar. 2017.

SILVA, T. R. da *et al.* Ensino-aprendizagem de programação: uma revisão sistemática da literatura. **Revista Brasileira de Informática na Educação**, [s.l.], v. 23, n. 01, p.182-196, 30 abr. 2015.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores concordam que caso o manuscrito venha a ser aceito e postado no servidor SciELO Preprints, a retirada do mesmo se dará mediante retratação.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.